ISSN: 2674-9270
Volume. 7, n. 3, ago./dez. 2025

ARTIGO

Recital
Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara/MG.

Do eu para o nós: análise de uma cartilha de letramento racial

Daiane Aparecida Mesquita Marciano
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais
E-mail: mesquitadaiane98@gmail.com

Marie Luce Tavares
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais
E-mail: marie.tavares@ifmg.edu.br

DOI: *https://doi.org/10.46636/recital.v7i3.762*

Recebido: *17 Set. 2025*

Aceito: *12 Jan. 2026*

Como citar este artigo: MARCIANO, Daiane Aparecida Mesquita; TAVARES, Marie Luce. Do eu para o nós: análise de uma cartilha de letramento racial **Recital - Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara/MG**, v. 7, n. 3, p. 85–98, 2025. DOI: 10.46636/recital.v7i3.762. Disponível em: https://recital.almenara.ifnmg.edu.br/recital/article/view/762.

Está obra está licenciada sobre uma Creative Commons Attribution 4.0 International License. Nenhuma parte desta revista poderá ser reproduzida ou transmitida, para propósitos comerciais, sem permissão por escrito. Para outros propósitos, a reprodução deve ser devidamente referenciada. Os conceitos emitidos em artigos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores.

Do eu para o nós: análise de uma cartilha de letramento racial

RESUMO

A discussão sobre letramento racial e a inclusão da temática étnico-racial na Educação Básica brasileira tem ganhado centralidade diante da necessidade de práticas pedagógicas antirracistas e alinhadas às Leis 10.639/2003 e 11.645/2008. Inserido nesse contexto, este trabalho tem o objetivo de tecer considerações acerca do Produto Educacional *A mudança começa em mim: Cartilha de introdução ao Letramento Racial* (Marciano; Tavares, 2025), publicado e inerte à dissertação de Mestrado intitulada *Repensando o currículo do Ensino Médio Integrado: o des(encontro) entre o dito e o feito para uma Educação Libertadora Antirracista*. Trata-se, portanto, de uma investigação qualitativa, na medida em que busca avaliar como tal documento pode ser utilizado de maneira prática no contexto da sala de aula, na formação de professores e, principalmente, nos diversos cenários da Educação Básica brasileira, rompendo com os muros da instituição escolar. Nesse viés, a pesquisa discute como a cartilha se associa às Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 e evidencia como o documento apresenta, de maneira didática, a inclusão da temática étnico-racial nos currículos do Ensino Médio Integrado (EMI). Nesse sentido, reflete-se como um professor tem abordado, em sua realidade, as questões étnico-raciais e se, nesse processo, existe ou não uma formação antirracista que leve o docente a refletir sobre tal abordagem. Logo, o trabalho deixa evidente que a cartilha não apenas explicita conceitos histórico-culturais, mas também apresenta como tais visões estão relacionadas à sala de aula brasileira – e ao Ensino Médio Integrado (EMI), reforçando que cada sujeito deve ter a conscientização individual acerca do racismo, sendo capaz de reconhecer seu lugar de fala e o local ocupado nessa dinâmica, seja sendo alvo do racismo estrutural ou ocupando um lugar de privilégio mantido por ele.

Palavras-chave: Currículo. Educação Antirracista. Ensino Médio Integrado. Recurso Pedagógico.

From me to we: analysis of a racial literacy primer

ABSTRACT

The discussion on racial literacy and the inclusion of ethnic-racial themes in Brazilian Basic Education has gained prominence due to the need for antiracist pedagogical practices aligned with Laws 10.639/2003 and 11.645/2008. Within this context, this paper aims to discuss the Educational Product "Change Begins with Me: Introduction to Racial Literacy Primer" (Marciano; Tavares, 2025), published and incomplete for the Master's dissertation entitled "Rethinking the Integrated High School Curriculum: The Dis(encounter) Between What Is Said and What Is Done for an Anti-Racist Liberating Education." This is a qualitative investigation, seeking to evaluate how this document can be used practically in the classroom, in teacher training, and, especially, in the various settings of Brazilian Basic Education, breaking down the walls of the school institution. From this perspective, the research discusses how the primer relates to Laws 10.639/2003 and 11.645/2008 and highlights how the document didactically presents the inclusion of ethnic-racial themes in the Integrated High School (EMI) curricula. In this sense, the book reflects on how a teacher has approached ethnic-racial issues in their own context and whether, in this process, there is an anti-racist training that leads teachers to reflect on this approach. Therefore, the work makes it clear that the booklet not only explains historical-cultural concepts but also presents how such perspectives relate to the Brazilian classroom—and to Integrated Secondary Education (EMI), reinforcing that each individual must have an individual awareness of racism, being able to recognize their place of speech and the place they occupy in this dynamic, whether they are the target of structural racism or occupy a position of privilege maintained by it.

Keywords: Antiracist Education. Curriculum. Integrated High School. Pedagogical Resource.

INTRODUÇÃO

Desde os tempos da escravidão, o corpo negro tem sido associado ao trabalho físico pesado. Essa herança de opressão racial torna-se evidente quando tal sujeito se envolve nas esferas científicas e intelectuais e, mesmo assim, essa interação é frequentemente recebida com desconfiança. Como defende hooks (1995), na maioria das vezes – quase sempre – a intelectualidade negra é encarada como *suspeita*, sempre colocada à prova, como se houvesse uma lacuna intransponível entre a pessoa negra e o conhecimento intelectual. Esse cenário é fortemente perceptível no enredo do filme *Estrelas além do tempo* (2016), o qual retrata a história de mulheres negras cientistas que enfrentam constantemente a necessidade de provar sua capacidade intelectual para se manterem em cargos majoritariamente ocupados por homens brancos.

Nesse viés, é comum perceber que, muitos sujeitos negros enfrentam um percurso repleto de desafios – desde a admissão até a permanência – nesses ambientes que nos foram e que nos continuam sendo negados. Assim, ao considerarmos a predominância de uma perspectiva branca na produção científica e a escassa representatividade dos negros nesses cursos, torna-se evidente a desvalorização e a negação do direito à Educação, aspectos que são intencionalmente retirados da população negra. Segundo um balanço de 2019 da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pretos e pardos constituíam apenas 29% dos alunos inseridos nos cursos de pós-graduação (Brasil, 2019).

Vale inferir, aqui, que a Lei 10.639/2003 tornou-se um marco na luta antirracista, ao incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira (Brasil, 2003). Mais tarde, abarcando juntamente o estudo da História e Cultura Indígena, a Lei foi alterada para 11.645/2008 (Brasil, 2008). Esse marco possui uma grande importância em permitir a abordagem histórica e cultural no ensino. Todavia, há um longo caminho a ser percorrido para que sua aplicação, em salas de aula, seja, de fato, efetivada.

Partindo dessa perspectiva, este trabalho propõe-se, para além de enegrecer os espaços acadêmicos, discutir sobre como, nas rotinas das salas de aulas do Brasil, a educação antirracista pode ser vista e inseridos de maneira dinâmica, partindo sempre de concepções históricas e, principalmente, de práticas do cotidiano dos estudantes – e dos professores, ferramentas essenciais para a educação antirracista.

Nesse sentido, é considerando um cenário marcado pela desigualdade e pelo preconceito, no que tange às questões raciais, que, ao pensarmos a educação antirracista, Freire (1985, p. 125) nos lembra que uma educação libertadora só é possível e concreta quando vista e reconhecida como "[...] um processo pelo qual o educador convida os educandos a reconhecer e desvelar a realidade criticamente". Inclusive, nessas práticas, é preciso considerar experiências, culturas e formas de conhecimento dos alunos, promovendo a inclusão e a diversidade e, com isso, fortalecendo o engajamento em relação à luta por igualdade de direitos na pauta racial.

Desse modo, é imprescindível apontarmos que a escola – e seus respectivos sujeitos – necessita(m), urgentemente, de se apresentar como um espaço de resistência, por meio de estratégias voltadas para a superação do racismo. Para isso, a educação antirracista não deve ser vista como interesse apenas aos alunos negros, mas também aos alunos brancos, “pois ao receber uma educação envenenada pelos preconceitos, eles também tiveram suas estruturas psíquicas afetadas” (Munanga, 2005, p. 16). Esse movimento é, portanto, crucial, principalmente ao considerarmos que “diferentes manifestações de preconceito,

discriminação, diversas formas de violência estão presentes na nossa sociedade, assim como no cotidiano das escolas" (Candau, 2012, p. 236).

Partindo desse cenário, esta investigação pretende discutir sobre o Produto Educacional[1] *A mudança começa em mim: Cartilha de introdução ao Letramento Racial* (Marciano; Tavares, 2025), publicado e inerte à dissertação de Mestrado intitulada *Repensando o currículo do Ensino Médio Integrado: o des(encontro) entre o dito e o feito para uma Educação Libertadora Antirracista*, com vistas a compreender de que modo tal documento pode contribuir para uma educação antirracista mais libertadora e, principalmente, mais emancipatória, compreendendo não somente seus recortes teóricos, mas compreendendo se o Produto Educacional extrapola os muros da escola – e, consequentemente, da academia – e se suas práticas estão relacionadas à educação antirracista.

O LETRAMENTO RACIAL

Para que se compreendam os vieses pelos quais o Letramento Racial se insere, é preciso, antes, entender que tal noção parte de um processo de conscientização e de ação crítica, por parte do sujeito, sobre questões étnico-raciais, inclusive transformando atitudes e práticas cotidianas, com impacto na luta contra o racismo, além do fortalecimento do papel de educadores e estudantes em reconhecer e combater preconceitos e discriminações.

Nesse sentido, o debate sobre o letramento racial torna-se essencial não somente na sala de aula, mas a partir do momento em que compreendemos que, como indivíduos, impactamos e somos impactados por todas as esferas sociais. Assim, conviver em sociedade exige que se tome consciência de como as atitudes individuais podem ser positivas ou prejudiciais para o outro. Diante de um racismo intrínseco a tantas esferas sociais, somos inevitavelmente afetados por ele ou, em alguns casos, acabamos por reforçá-lo.

Aqui, cabe, inclusive, trazer à baila o conceito de *racismo*, o qual diz respeito a "uma forma d[e] os grupos dominantes manterem privilégios historicamente adquiridos em detrimento dos direitos dos grupos estigmatizados, oprimidos e marginalizados na sociedade brasileira desde a formação do país" (Araújo, 2015, p. 465). Assim, o racismo pode ser conceituado como

> uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam (Almeida, 2019, p. 32).

Com base nessa visão, vale ressaltar que o termo *raça*, no sentido biológico, foi extinto, porém tal noção persiste nas formas culturais e (tem) norteia(do) o cotidiano da sociedade e as relações raciais, resultantes da biologização de um conjunto de indivíduos pertencentes a uma mesma categoria social. Posto isso, evidencia-se que "o problema fundamental não está na raça, que é uma classificação pseudocientífica rejeitada pelos próprios cientistas da área

[1] Um Produto Educacional consiste em um documento que deve ser desenvolvido com o propósito específico de ser implementado em situações reais, como em salas de aula convencionais ou em outros ambientes destinados ao ensino. No âmbito desta tarefa, que compõe uma das exigências da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) para a conclusão de um curso de Pós-Graduação *Stricto Sensu* de Nível Mestrado Profissional, o estudante tem a liberdade de optar por criar o produto educativo de forma artesanal ou por meio da construção de um protótipo funcional.

biológica. O nó do problema está no racismo que hierarquiza, desumaniza e justifica a discriminação existente" (Munanga, 2022, p. 121).

Originado da ideia de mudar as classificações em biologia e zoologia, utilizadas durante o século XVII – cujo conceito foi utilizado erroneamente ao analisar e comparar a diversidade humana e classificá-la – academicamente, pensamos no termo *raça* para criticar as categorias sociais de dominação e exclusão. Logo,

> as propostas de combate ao racismo não estão mais no abandono ou na erradicação da raça, que é apenas um conceito e não uma realidade, nem no uso dos léxicos cômodos como os de etnia, de identidade ou de diversidade cultural, pois o racismo é uma ideologia capaz de parasitar em todos os conceitos (Munanga, 2022, p. 121).

Há de se considerar, nessa investigação, que o Movimento Negro Unificado (MNU) - uma organização pioneira na luta pelos direitos do Povo Negro no Brasil[2], ao utilizar o termo *raça*, não o faz com base na crença em raças superiores e inferiores, mas "usam-no com uma nova interpretação, que se baseia na dimensão social e política do referido termo" (Gomes, 2005, p. 45).

Nesse cenário, é crucial mencionar a importância que o MNU teve no país, no que diz respeito à política de uma educação antirracista, uma vez que, segundo Gomes (2005), a expectativa do grupo é de construir um país que, de fato, apresente e crie condições dignas de vida e oportunidades iguais para toda a sociedade, especialmente para os grupos sociais e étnico-raciais discriminados.

Inclusive, cabe inferir que, mesmo após anos de lutas intensas do MNU em prol dos direitos da população negra e do combate ao racismo, ainda há uma longa jornada para que as ações efetivas sejam, de fato, atingidas, especialmente em âmbitos educacionais, em detrimento da ideologia racial e do ideário do branqueamento, muito intrínseco, ainda, na sociedade – e que está inserido, muitas vezes, nos discursos e nas práticas dos próprios indivíduos negros alienados em seu processo de identidade – visão atrelada, também, ao contexto educacional, em que professores e alunos, estruturalmente, reforçam estereótipos.

> A grande questão para essa dificuldade que os movimentos negros encontram e terão de encontrar, talvez por muito tempo, não está na sua incapacidade de natureza discursiva, organizacional ou outra. Está sim, nos fundamentos da ideologia racial elaborada a partir do fim do século XIX a meados do século XX pela elite brasileira. Essa ideologia, caracterizada entre outros pelo ideário do branqueamento, roubou dos movimentos negros o ditado "a união faz a força" ao dividir negros e mestiços e ao alienar o processo de identidade de ambos (Munanga, 2022, p. 16).

Assim, a questão da identidade refere-se a "um ser que, no convívio com outros sujeitos, constrói a consciência da realidade física e social como também a consciência de si como sujeito, individualizando-se na medida em que se diferencia dos outros sujeitos" (Lago, 1996, p. 18).

Nessa lógica, o debate sobre o antirracismo – e as políticas antirracistas – surgem como estratégias para a redução dos casos de racismo e como tentativa de um Letramento Racial, temática que merece atenção.

[2] O MNU foi fundado em 1978 e lançado publicamente em pleno regime militar, tornando-se um importante marco histórico na luta contra a discriminação racial no país.

EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

Na contramão de associar o antirracismo a uma visão individual, Ribeiro (2019) defende que tal conceito transcende as fronteiras individuais, considerando que se manifesta como uma imperativa batalha coletiva, dada a sua urgência que permeia as diversas esferas sociais. Com base nas palavras da pesquisadora, há a necessidade, por parte do sujeito, do *autoquestionamento*, uma medida para evidenciar o privilégio existente em alguns, na medida em que a opressão ocorre em outros, fazendo com que tal prática estabeleça, no sujeito, uma tentativa de refletir sobre sua atuação na sociedade e romper com visões ditas tradicionais.

Nessa medida, Carine (2023) defende que a eficácia da educação antirracista enfrenta maiores desafios quando os indivíduos brancos se abstêm de reconhecer sua própria racialização, resultando em uma falta de compreensão tanto do fenômeno do racismo quanto das implicações do engajamento no antirracismo.

Assim, a educação antirracista engloba, nessa medida, a implementação de estratégias e de práticas que demandam uma *práxis* consciente e reflexiva, orientada para a oposição ativa às expressões de racismo em variados cenários, abrangendo tanto o âmbito educacional quanto o profissional e social. Com isso, o antirracismo não deve ser exclusivamente conduzido por autores que experienciam diretamente a marginalização racial, como indivíduos negros e indígenas, mas deve ser concebido como uma questão que concerne a toda a sociedade – e que, por ela, deve ser discutida, fortalecida e elencada como temática fundamental e inerte ao sujeito.

Dessa forma, considerando tratar-se de uma questão de caráter coletivo, incumbe-se a conscientização mediante ao exercício do *autoquestionamento*. Nesse viés, ao ponderar sobre como o racismo não nos afeta diretamente, surge a necessidade de indagar sobre qual maneira tal circunstância nos confere privilégios na estrutura social. A luta antirracista, portanto, deve desempenhar um papel de conscientização em relação à branquitude, destacando as repercussões do racismo estrutural na sociedade, decorrentes do privilégio branco.

Assim, nos cabe questionar: "Qual foi o legado da escravidão para os brancos? Qual é a herança simbólica que os brancos carregam da escravidão? Como seus antepassados são percebidos? Qual é a dimensão étnico-racial dessa ancestralidade?" (Gomes, 2008, p. 73).

No contexto da sala de aula, quando analisamos a questão do racismo – e do antirracismo –, a luta por uma educação antirracista só se torna plena quando relacionada à realidade dos educandos, fazendo-os questionar o mundo que lhes cercam – permitindo a verdadeira *práxis* como a “reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo. Sem ela, é impossível a superação da contradição opressores-oprimidos" (Freire, 2013, p. 42).

Com base nisso, a verdadeira educação antirracista parte do princípio de que tantos educadores – quanto educandos – estão intrinsecamente inseridos nessa política e, por dela fazerem parte, contribuem para a perpetuação ou não desse preconceito, estando responsáveis, portanto, por suas ações e por atuar na redução dos casos de racismo existentes no país.

A MUDANÇA COMEÇA EM MIM: CARTILHA DE INTRODUÇÃO AO LETRAMENTO RACIAL: METODOLOGIA DE PESQUISA

Nesta investigação, adota-se uma metodologia exploratória e documental, na medida em que busca avaliar como a cartilha *A mudança começa em mim: Cartilha de introdução ao Letramento Racial* – Produto Educacional da dissertação de Mestrado intitulada *Repensando o currículo do Ensino Médio Integrado: o des(encontro) entre o dito e o feito para uma*

Educação Libertadora Antirracista pode ou não contribuir para as vivências discentes e docentes não somente no contexto da Educação Profissional e Tecnológica – e mais ainda no Ensino Médio Integrado (EMI), mas apresenta-se como uma política antirracista da educação brasileira.

Para isso, é preciso levar em conta que a devida Dissertação de Mestrado apresentou, como resultado, que, no contexto do EMI – e nos seus respectivos currículos educacionais -,

> a ausência de ênfase na abordagem antirracista nos PPCs é notada primordialmente pela omissão relativa à inclusão da história e cultura indígena nos currículos, conforme estipulado pela Lei 11.645/2008. Nos documentos examinados, não se observa referência à implementação da legislação, tampouco qualquer diretriz para a integração da temática de forma transversal nas disciplinas. É incontestável que um currículo que se omite na abordagem étnico-racial configura-se como um ato político, refletindo um exercício de poder contrário à implementação da legislação e à formação de indivíduos capacitados a atuar de forma crítica na promoção da luta contra o racismo em âmbitos acadêmicos e sociais (Marciano, 2025, p. 157).

Com base nessa perspectiva, fundamenta-se este estudo num olhar crítico para a cartilha, observando se, de fato, o documento cumpre (ou não) com as teorias antirracistas e se suas estratégias podem fortalecer o conhecimento do/da docente acerca do antirracismo. Para além disso, compreende-se como o documento foi organizado, estruturado e alinhado à sala de aula, partindo não somente de um olhar para a teoria, mas observando suas abordagens práticas.

Ressalta-se, aqui, que uma pesquisa exploratória visa “proporcionar maior familiaridade com o problema (explicitá-lo). Pode envolver levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas experientes no problema pesquisado” (Gil, 2008, p. 3). Enquanto isso, uma pesquisa documental “vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa” (p. 7).

Logo, baseando-se nas técnicas elencadas acima, busca-se compreender, de modo teórico-prático, os vieses pelos quais a cartilha se encontra, com vistas a traçar, dentro do cenário do Letramento Racial e da Educação Antirracista, percursos práticos de usos de tal documento no âmbito escolar, ainda mais associado ao EMI.

Do ponto de vista educacional, a cartilha ressalta a necessidade de incorporar esses conceitos e acontecimentos históricos ao currículo de forma crítica, desconstruindo narrativas eurocêntricas que invisibilizam as contribuições de negros e indígenas para a formação do Brasil. A educação antirracista é apresentada como uma ferramenta essencial para combater o racismo estrutural, começando pelo reconhecimento de sua existência e impacto. Nesse sentido, a obra propõe que a reflexão e a conscientização individual sejam os primeiros passos para uma transformação coletiva, reafirmando que a mudança começa em cada um de nós.

Em suma, a cartilha ressalta que a luta contra o racismo é coletiva e exige esforços contínuos de educadores, gestores e estudantes. O ponto de partida é o reconhecimento das desigualdades históricas e estruturais, seguido por ações que promovam uma educação antirracista e inclusiva. Ao enfatizar que "a mudança começa em mim", a obra reforça a importância do autoconhecimento e do compromisso pessoal como bases para transformar o ambiente escolar e a sociedade.

O desenvolvimento da criação da cartilha foi realizado por meio do Método Científico-Tecnológico (MC-T), que se caracteriza “como uma sequência de etapas que levam à materialização de qualquer tecnologia” (Nascimento-e-Silva, 2020, p. 10). Conforme abordado por Nascimento-e-Silva (2020), o MC-T é operacionalizado por meio de um processo

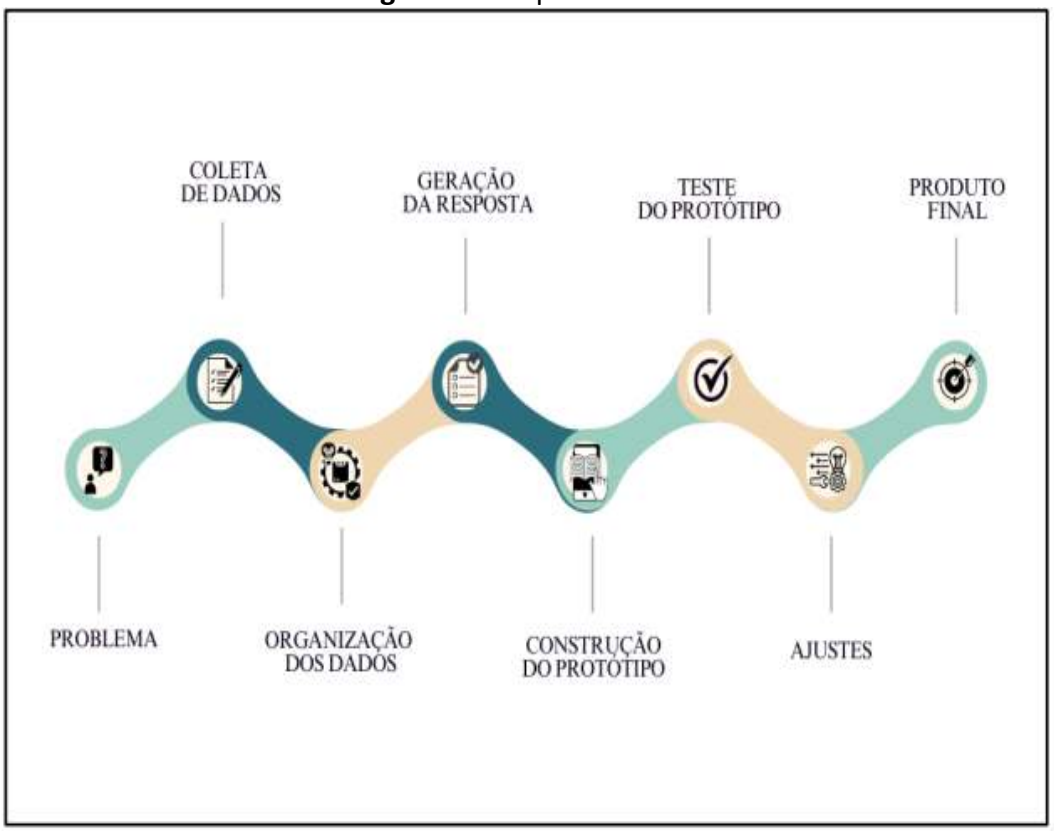
estruturado em oito fases distintas. Deste conjunto, quatro estão intrinsecamente relacionadas à compreensão e aplicação dos conhecimentos científicos, enquanto as quatro restantes são direcionadas à concretização desses conhecimentos em um artefato físico específico. As etapas correspondentes compreendem, de maneira sequencial, a formulação das questões de pesquisa, a coleta criteriosa de dados, a organização metódica desses dados e a geração coerente de respostas embasadas.

Segundo Giordani (2024), a cartilha é uma publicação desenvolvida para informar ou orientar de maneira clara e acessível, com um caráter pedagógico ou informativo. Para atingir seus objetivos, é fundamental que as informações apresentadas estejam atualizadas, originais e respaldadas por fundamentos acadêmico-científicos confiáveis. Além disso, uma cartilha eficaz deve estabelecer uma comunicação direta e envolvente com seu público-alvo, utilizando uma linguagem que facilite a compreensão e a assimilação do conteúdo, garantindo que as informações sejam significativas e possam ser aplicadas na prática.

Para além da imersão ao Letramento Racial, a cartilha pode ser utilizada como material complementar nas aulas do Ensino Médio Integrado, considerando que a linguagem utilizada na sua composição abrange tanto aos docentes quanto ao nível dos estudantes. Seu objetivo primordial reside na instauração de um diálogo crítico sobre conceitos do Letramento Racial.

No âmbito da materialização dos conhecimentos científicos, as etapas envolvem a etapa inicial de prototipagem do artefato físico, seguida pela submissão do protótipo a testes rigorosos, a realização de ajustes iterativos com base nos resultados dos testes e, finalmente, a apresentação formal do produto, que incorpora os conhecimentos científicos consolidados. Exemplo desse processo pode ser mais bem observado na figura abaixo.

Figura 1 – Etapas do MC-T



Fonte: Elaborado pelas pesquisadoras, com base em Nascimento-e-Silva (2020, p. 11).

Desse modo, a cartilha foi concebida como um recurso de apoio para professores, educadores e demais profissionais da área educacional, podendo ser utilizada tanto na formação docente quanto nas práticas de sala de aula com estudantes. O material é disponibilizado digitalmente aos docentes, embora possa também ser aplicado em sua versão impressa, caso o professor deseje incorporá-lo às atividades com a turma.

Por se tratar de um material didático, a cartilha traz uma compilação de orientações étnico-raciais e introdução aos conceitos do Letramento Racial, para auxiliar professores e educadores a ampliarem suas percepções acerca da temática antirracista, tendo-a como suporte teórico para trabalhar as questões étnicos-raciais em sala de aula. Entretanto, não se tratará de um manual, mas sim, de um suporte teórico, o qual não substitui o necessário domínio dos docentes e de toda a comunidade escolar sobre a temática antirracista.

A CARTILHA E O LETRAMENTO RACIAL NA PRÁTICA: CONTRIBUIÇÕES PARA UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

Inicialmente, o Produto Educacional se enquadra numa cartilha, que, "por definição, tem o objetivo de oferecer os primeiros ensinamentos sobre um determinado assunto" (Botarelli; Santos, 2024, p. 137). Com base nesse contexto, a intenção da pesquisadora, ao produzir o documento, foi em promover um recurso educacional voltado ao Letramento Racial em análise às Leis 10.639/2003 – alterada para Lei 11.645/2008.

O primeiro elemento, quando se observa a Cartilha, é um poema da autora que, em certa medida, traça suas vivências e suas experiências enquanto pessoa negra – e enquanto um sujeito que resistiu ao ambiente escolar e à academia. Nesse viés, enquanto Educação Antirracista, o poema já aciona em aqueles que o lerão o contexto sócio-histórico de quem o produziu – e suas ideologias, aspecto crucial quando se pensa numa política na qual o sujeito é o centro do seu próprio discurso e de suas realidades.

Um dos versos do poema deve ser evidenciado: "Resistir é ocupar o antes não-lugar imposto, / Enegrecer terrenos é um ato de luta, / Um cântico que ecoa legado e força. Para aqueles a quem foi destinado o padecer, / Restou transformar o sofrer em viver, /E do viver, ser… porque nós somos" (Marciano; Tavares, 2025, p. 3). Pensando no contexto da Educação, tal relato, aqui, pode ser facilmente associado à ideia de autoquestionamento, considerando que o sujeito, ao compreender as relações pelas quais o sujeito é/está inserido, pode começar a refletir sobre sua realidade.

Com uma organização em seções, a Cartilha dedica-se a discutir sobre alguns conceitos de modo prático, partindo sempre do autor e indo para uma consciência prática sobre suas noções. O primeiro deles diz respeito ao Letramento Racial. A pesquisadora, ao longo do documento, apresenta algumas concepções e suas questões, as quais estão ilustradas no quadro abaixo.

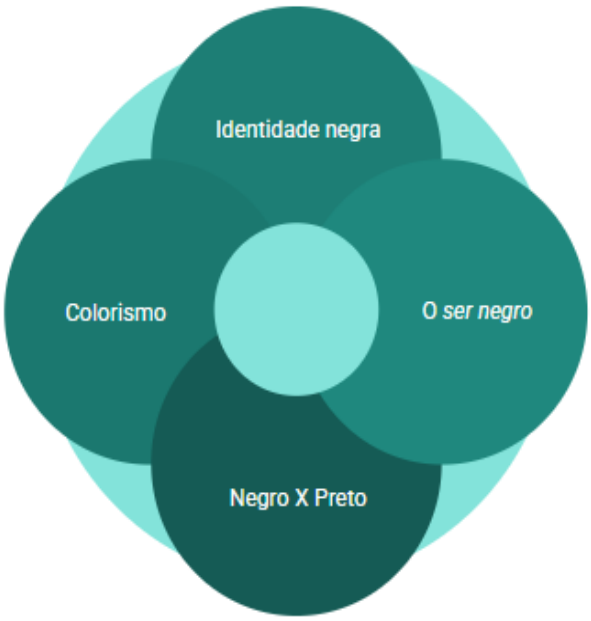
Figura 2 – Ponto de partida



Fonte: Elaborada pelas pesquisadoras (2025).

Baseado nos primeiros dados apresentados na Cartilha, é interessante perceber como há um convite – via perguntas retóricas -, por parte da pesquisadora, em fazer com que o leitor entenda sobre o Letramento Racial, indo além de uma simples concepção, mas direcionando-o, na prática, a uma discussão sobre esse assunto – e como ele é importante para a aplicação da Cartilha na sala de aula, por exemplo. Em seguida, a autora também discute com o leitor alguns conceitos que nortearão o Produto Educacional, os quais estão elencados a seguir.

Figura 3 – Conceitos importantes



Fonte: Elaborada pelas pesquisadoras (2025).

Partindo de tais noções, até aqui, o leitor – que pode ser tanto um estudante, quanto um professor, já compreende de quais perspectivas e realidades a autora parte, inclusive entendendo noções tão associadas no senso comum pela atualidade. Todo esse processo é fundamental para o movimento no qual a autora se dedicou na Cartilha: os diferentes tipos de racismo, os quais estão evidenciados no quadro a seguir.

Quadro 1 – Especificidades do racismo

Racismo estrutural
Racismo institucional
Racismo epistêmico
Racismo ambiental
Racismo algoritmo
Racismo recreativo
Racismo religioso

Fonte: Elaborado pelas pesquisadoras (2025).

Chama a atenção o modo como a cartilha buscou apresentar as especificidades do racismo e suas respectivas noções, evidenciando não somente o conceito de cada um deles, mas trazendo exemplos de como tais cenários podem mobilizar diversos casos. Por fim, o documento também apresenta uma concepção de racismo reverso e o que o leitor precisa compreender dessa visão, baseando-se nas ideias de Darwinismo Social, Eugenia, Higienismo, Branqueamento e Branquitude.

Em seguida, é dedicado o momento para a compreensão da Educação Antirracista. Nela, a Cartilha debruça-se sob um olhar voltado ao currículo escolar – e suas aplicações, baseando-se nas Leis 10.639/2003 e 11.645/2008. Vale pontuar que o documento também discute sobre a colonização do Brasil e a urgência de uma narrativa baseada no indígena, partindo de noções sobre eurocentrismo e etnocentrismo, tão importantes na sala de aula do Brasil, especialmente se se considerar que tais narrativas são carregadas de estereótipos e críticas alinhadas ao colonizador.

Inclusive, durante a Cartilha, a pesquisa também se dedica a um olhar para a Educação Profissional e Tecnológica – e ilustra a sua importância dentro de uma concepção de educação integrada, que alinha a emancipação de todos os sujeitos (Frigotto; Ciavatta, 2012). Assim, com o documento, também se discute sobre a necessidade de que a escola tenha o discente como protagonista dos seus discursos e, com isso, Leis como a “Escola Sem Partido” acabam por reforçar estereótipos e preconceitos existentes no ambiente escolar.

Ainda cabe pontuar a preocupação da Cartilha em discutir as Leis 10.639/2003 e 11/645/2008 como mecanismos leis de ensino da história e cultura afro-brasileira no País, política que ainda sofrem resistências pelas escolas.

Por fim, é crucial apontar como o documento tem se dedicado a uma análise histórico-político-social da sala de aula do Brasil – e como discute, de maneira inteiramente didática, sobre preconceitos existentes nas realidades do EMI, agindo como um importante mecanismo de conscientização de professores – e de alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta investigação, que buscou avaliar, de modo prático, partindo de bases conceituais do Letramento Racial e da Educação Antirracista, o Produto Educacional *A mudança começa em mim: Cartilha de introdução ao Letramento Racial*, documento alocado na Dissertação de Mestrado *Repensando o currículo do Ensino Médio Integrado: o des(encontro) entre o dito e o feito para uma Educação Libertadora Antirracista*, compreendendo de que maneira o documento se associa às Leis 10.639/2003 e 11.645/2008.

O documento, em seu cerne, dialoga com os seus leitores e sintetiza os principais teóricos do Letramento Racial, partindo do princípio de oferecer aos docentes – e aos discentes – uma base teórica crítica para a compreensão das questões étnico-raciais que são tão evidentes dentro da sala de aula. Evidentemente, durante a análise da Cartilha, percebeu-se que seus argumentos não estão voltados a um manual de instruções antirracistas, mas de uma análise prática (e um tanto quanto histórica) sobre o que tem ocorrido com as políticas do negro no país.

Por fim, torna-se claro que o documento, em suas medidas, buscou tratar de uma Educação Antirracista que, desde sua primeira página, leva o leitor a pensar sobre sua rotina, sobre o *ser negro* e sobre as ações que a sociedade pode tomar na luta contra o racismo – e na luta a favor do antirracismo em todos os contextos, rompendo com os muros da sala de aula, e até mesmo do EMI.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. L. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

ARAÚJO, J. A. Violência, racismo e mídia: a juventude negra em situação de risco. **Revista Insurgência**, Brasília, ano 1, v. 1, n. 2, 2015. Disponível em: http://periodicos.unb.br/index.php/insurgencia/article/view/20058. Acesso em: 5 dez. 2023.

BOTARELLI, G. I. B.; SANTOS, V. P. A. Redação do ENEM e o fechamento do discurso. **Aprender – Caderno de Filosofia e Psicologia da Educação**, v. 18, n. 32, p. 132-151, 2024. DOI: 10.22481/aprender.i32.15346. Disponível em: https://periodicos2.uesb.br/index.php/aprender/article/view/15346. Acesso em: 6 jan. 2025.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). **Documento de Área** – Ensino. Brasília, 2019.

BRASIL. **Lei nº 10.639**, de 9 de janeiro de 2003. Brasília, DF, 2003.

BRASIL. **Lei nº 11.645**, de 10 de março de 2008. Brasília, DF, 2008.

CANDAU, V. M. Diferenças culturais, interculturalidade e educação para direitos humanos. **Educação & Sociedade**, v. 33, n. 118, p. 235-250, Campinas, 2012.

CARINE, B. Como ser um educador antirracista. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.

ESTRELAS ALÉM DO TEMPO. Direção: Theodore Melfi. Produção: Donna Gigliotti, Peter Chernin, Jenno Topping, Pharrell Williams e Theodore Melfi. Los Angeles: 20th Century Fox, 2016. 1 DVD (127 min.). Produzido por Fox 2000 Pictures.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013. E-book.

FREIRE, P. **The politics of education: culture, power, and liberation**. Westport, CT: Bergin and Garvey, 1985. 209 p.

FRIGOTTO, G. (org.). **Escola "sem" Partido** – Esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017. 144 p.

GIORDANI, A. T. **Normas editoriais da Editora UENP**: orientações aos autores: manuais e cartilhas. Jacarezinho: Editora UENP, 2024.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, N. L. A questão racial na escola: desafios colocados pela implementação da Lei 10.639/03. In: MOREIRA, A. F.; CANDAU, V. M. (org.). **Multiculturalismo**: diferenças culturais e práticas pedagógicas. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

GOMES, N. L. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: BRASIL. **Educação antirracista:** caminhos abertos pela Lei federal nº 10.639/03. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, p. 39–62, 2005.

HOOKS, B. Intelectuais negras. **Revista Estudos Feministas**, v. 3, n. 2, p. 464, 1995. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16465. Acesso em: 1 set. 2025.

LAGO, M. C. S. **Modos de vida e identidade**: sujeitos no processo de urbanização da Ilha de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 1996.

MARCIANO, D. M. **Repensando o currículo do Ensino Médio Integrado:** o des(encontro) entre o dito e o feito para uma educação libertadora antirracista. 2025. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Minas Gerais, Campus Ouro Branco, Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), 2025.

MARCIANO, D. M.; TAVARES, M. L. **A mudança começa em mim:** cartilha de introdução ao letramento racial. Conselheiro Lafaiete, MG: Ed. das Autoras, 2025.

MUNANGA, K. O mundo e a diversidade: questões em debate. **Estudos Avançados**, v. 36, p. 117-129, 2022.

MUNANGA, K. **Superando o racismo na escola**. 2. ed. rev. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

NASCIMENTO-E-SILVA, D. **Manual do método científico-tecnológico**: edição sintética. Florianópolis: D. N. Silva Editor, 2020.

RIBEIRO, D. **Lugar de fala**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. (Coleção Feminismos Plurais).

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo investimento no desenvolvimento desta pesquisa.